

REFLETINDO AINDA SOBRE A CARTA ÂNUA DO PADRE ANTÓNIO VIEIRA DE 1626

MANUEL MARIA VILAS BOAS TAVARES

MESTRE EM HISTÓRIA DO IMPÉRIO PORTUGUÊS (FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA)

<https://doi.org/10.21747/0873-1233/spi28nc1>

I. Alguns dos confrontos entre vários impérios marítimos europeus no início do século XVII também se fizeram sentir com particular intensidade na América Portuguesa, durante a monarquia dual ibérica dos Habsburgo, uma vez que os holandeses empreenderam ataques intensos às colónias portuguesas, chegando, como é bem conhecido, a conquistar e ocupar a Baía em 1624/1625. Os neerlandeses só foram desalojados no ano seguinte, na sequência de uma contraofensiva conjunta de portugueses e ameríndios que ali viviam e organizaram uma luta de resistência contra os ocupantes, e da chegada de uma forte armada de socorro vinda da Europa. Após duros combates, foi conseguida a restauração dos domínios sobre influência portuguesa naquela região da Baía.

O relato detalhado de grande parte desses combates, do contexto social, religioso, político, e do influente papel dos índios, nessa resistência e lutas, foi expresso de forma muito impressiva, na Carta Ânua enviada da Baía em 1626 ao Geral da Companhia de Jesus, e escrita pelo Padre António Vieira, que se tornou assim um testemunho vivo e eloquente da história naquela altura, mostrando também a complexidade dos desafios que foram enfrentados e da mudança sociocultural, política e económica em curso. Um texto cuja revisitação proveitosa sempre se impõe.

Se há factos históricos com relevo na vida da colónia da América Portuguesa do século XVII que foram objeto de relato detalhado, rapidamente enviado para a Europa, ali lido e comentado com grande atenção e forte comoção, terão sido seguramente os da «Carta Ânua» escrita por António Vieira em 1626, dirigida ao Geral da Companhia de Jesus em Roma, e incidindo sobre os acontecimentos de dois anos anteriores.

Na altura, o seu autor era um jovem jesuíta de 18 anos, que vai detalhadamente relatando os principais eventos sucedidos no Brasil, com particular incidência sobre os efeitos da conquista da Baía por uma esquadra holandesa, cuja ocupação perdeu ao longo de dois anos, mas suscitou uma viva reação da parte dos portugueses, e dos ameríndios seus aliados, contribuindo estes decisivamente para a expulsão dos ocupantes, ainda que, como é sabido, também da Europa

tenha sido enviada uma esquadra para resgatar aquela colónia, na altura estava sob domínio e controlo da monarquia dual dos Habsburgo de Espanha.

Nesta carta estão assim naturalmente expressas as preocupações dos religiosos da Companhia de Jesus e dos esforços empreendidos para alterar aquela situação política. Igualmente se exprimem os impactos que a evangelização suscitava no quadro colonial, os esforços postos na conversão dos ameríndios, mas ainda as dificuldades quotidianas vividas pelos portugueses que estavam naqueles territórios e os meios a que estes podiam deitar mão para as solucionar ou mitigar.

Fica em grande destaque a defesa dos direitos dos nativos ameríndios realizada pela Companhia de Jesus e a visão que o Padre António Vieira transmitia para o exterior dessa mesma visão, sendo que os factos evocados se deram no quadro de uma competição política e económica mais alargada no Mundo conhecido de então, particularmente entre as potências coloniais pelos recursos brasileiros, isto quando Portugal estava sob o domínio da Coroa Espanhola, situação que persistiu até 1640.

II.1.

*Não ficaram aquém nesta empresa os índios frecheiros das nossas aldeias; antes eram a principal parte do nosso exército, e que mais horror metia aos inimigos, porque, quando estes saíam e andavam pelos caminhos mais armados e ordenados em suas companhias, (...) viam subitamente sobre si um nuvem chovendo flechas, que os trespassavam, e, (...) não se atreviam a resistir (...), in Carta Anua de 30 de setembro de 1626.*¹

*Como o bem dos índios da terra é o principal fim da nossa Companhia, nesta província se procurava mui deveras ajudá-los no corporal e no espiritual, que ambos estes meios são igualmente necessitados*².

Estas duas frases são bastante expressivas da atitude e ideias do Padre António Vieira, e por isso as destacamos. Pela sua multifacetada riqueza humana, o autor da *Carta Anua*, escrita em 30 de setembro de 1626, no rescaldo da libertação da ocupação de Salvador da Baía pelos Holandeses, não é personalidade fácil de definir em poucas palavras, dando-se para mais o caso de o Padre Vieira ter, há muito, lugar impar na história de Portugal e do Brasil, na história da Igreja e da Companhia de Jesus.

Como referem José Eduardo Franco e Pedro Calafate, na Introdução Geral

¹ Cf. VIEIRA, Padre António – *Obra Completa* (Direção de FRANCO, José Eduardo, e CALAFATE, Pedro). Tomo I, Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2013, pp. 131-132.

² *Carta Anua*, in *op.*, tomo e vol. supracits., pp. 149-150.

da benemérita *Obra Completa* de António Vieira, publicada pelo Círculo de Leitores em 2013 (Tomo I, Vol. I), a obra de António Vieira «*cativa tanto pela profundidade como pela diversidade de matérias, e a sua vida deslumbra pela riqueza multifacetada da experiência, coerentemente desdobrada nos planos da pregação, da política e da diplomacia, para os quais fez convergir um saber imenso, que sob o império da teologia abarcou, com mais relevância, a filosofia, a retórica, o direito, a história e a geografia.*»

A geografia onde se moveu foi vastíssima, e os seus interlocutores os mais variados possíveis, quer na corte em Lisboa, quer na corte pontifícia, em Roma, quer no Maranhão ou na Baía, junto dos nativos. Mas também aqui queremos valorizar a necessidade de uma renovada reflexão sobre a América Portuguesa da primeira metade do Século XVII, partindo do olhar do Padre António Vieira, como protagonista, observador e homem do seu tempo – sobre outros protagonistas coevos, como os próprios ameríndios – sobretudo como jesuíta animado de zelo pastoral e missionário, durante a difícil situação vivida no Brasil sob a ocupação Holandesa dos anos de 1624-1625.

É claro que o percurso da sua vida como pessoa e jesuíta foi riquíssimo, tanto mais que se moveu *entre a selva e a corte, entre os palácios mais finos e as choupanas mais inóspitas*. Foi missionário e pregador, amigo de D. João IV, de índios, escravos e homens livres, lutou contra o sistema processual e critérios repressivos da Inquisição, pelos direitos dos índios e de cristãos-novos, correu inúmeros riscos e fez muitas inimizades enquanto diplomata, mas seguramente alguns dos seus maiores amigos foram os ameríndios, que melhor compreendeu e a cuja missão de evangelização dedicou uma boa parte da sua vida (faleceu em 1697, no Colégio da Baía, com 89 anos de idade).

Para termos ajustada compreensão do relevantíssimo papel que atribuiu naquela carta aos índios quanto à reação e defesa da Baía, de que seriam os protagonistas principais, deverá ter-se em conta o teor do primeiro trecho acima citado. Na segunda frase escolhida está por seu turno expressa, de forma clara, a visão de Vieira de que a missão principal da Companhia de Jesus naquela colónia era a defesa do bem integral dos índios e sua salvação eterna. Esta defesa dos direitos dos ameríndios do Brasil, como protagonistas com vida e interesses legítimos próprios, e as dificuldades de ajustamento sócio-cultural verificadas, tudo está bem expresso nesta carta, escrita em 1626 pelo Padre Vieira, a pedido do Provincial, para ser enviada ao Padre Geral em Roma.

Naturalmente que essa defesa do direito natural dos índios, mormente contra a cativação, escravização e exploração opressiva por parte dos colonos do Brasil, ficou, expressa, como é bem conhecido, noutros momentos e de diversas formas, *v.g.* quando da escrita e pregação de Sermões como o “*Sermão*

de Santo António aos Peixes”, em que a exploração colonial ficou causticada com impressiva e inesquecível alegoria: “*Não só vos comeis uns aos outros, senão que os grandes comem os pequenos. Se fora pelo contrário, era menos mal. Se os pequenos comeram os grandes, bastara um grande para muitos pequenos; mas como os grandes comem os pequenos, não bastam cem pequenos, nem mil, para um só grande.*”

Na *Carta Anua* estão também naturalmente refletidos os impactos económicos, sociais, e políticos, decorrentes dessa invasão neerlandesa, para além das dificuldades enfrentadas na evangelização, em função das tradições culturais dos ameríndios, quer relativamente à antropofagia, quer relativamente à poligamia, quer relativamente ao animismo, quer devido à ocorrência de outro tipo de problemas decorrentes dos contactos dos índios com os europeus, como o surto de novas doenças trazidas pelos colonos europeus e que dizimaram milhares de nativos nas diferentes tribos (num curto período de tempo), por estes não estarem imunizados relativamente a elas.

2. Quando foi escrita a carta anua, em 1626, Portugal estava sobre domínio da Monarquia dual, e enfrentava dificuldades crescentes nas suas colónias, uma vez que, outras potências marítimas, como a Grã-Bretanha, as Províncias Unidas, e a França, para além de atacarem posições que eram domínios castelhanos, começaram também a atacar com um fortíssimo ímpeto as posições portuguesas, na América Portuguesa, em África, e no Oriente.

Não se pode esquecer que em 29 de Março de 1549, ainda no reinado de D. João III, fora criado o Governo-Geral do Brasil, sendo o primeiro Governador nomeado Tomé de Sousa, com quem chegaram os primeiros jesuítas ao Brasil, tornando-se outrossim Salvador, na Baía, a primeira capital da América Portuguesa. Depois do desastre de Alcácer Quibir (4.08.1578) e da morte de D. Sebastião, e após um “interregno” da Coroa Portuguesa com o Cardeal D. Henrique, deu-se a invasão de Portugal pelo exército espanhol em 1580. E nas cortes de Tomar de 1581 o Rei Filipe II de Espanha (I de Portugal) acaba por ser aclamado como Rei de Portugal (em 1580), comprometendo-se este a respeitar o princípio da monarquia dualista.

A União Dinástica perdurará até 1640, quando finalmente D. João IV, Duque de Bragança vai ser aclamado Rei de Portugal em 1 de Dezembro, na sequência da conjuração efetuada, que se revelou vitoriosa, dando assim lugar ao início da monarquia dos Bragança, e restaurando a independência nacional.

Ora, é nesse contexto “de conquista e negociação” com os Habsburgo, que Portugal irá enfrentar sérias dificuldades internas e externas, quer na Metrópole, quer nos seus domínios, na América, em Africa, e no Indico e no extremo Oriente.

Internamente, embora o Estatuto de Tomar respeitasse formalmente a autonomia e a independência de Portugal, a verdade é que houve uma mudança radical no processo de decisão política, com impacto em Portugal e todos os seus domínios. Como refere Nuno Gonçalo Monteiro³, a mais decisiva e traumática mudança institucional que a dinastia dos Habsburgo acarretou foi a que “*bulia diretamente com o “circuito do despacho” e o tornava muito mais complexo e moroso, e no fim de contas, distante das decisões finais*, sendo que a primeira intermediação corporizava-se na figura do Vice-Rei, para além de vários conselhos, gerando assim esses processos crescentes tensões e conflitos no quadro da integração de Portugal na monarquia hispânica. Como também lembra este mesmo historiador na obra citada, a integração imperial das duas monarquias ibéricas veio a revelar-se um poderoso fator de tensão no contexto do Império Português, e quase todas as potências marítimas ao tempo, como a Inglaterra, a Holanda e até a França, começaram a cobiçar o tráfico marítimo das colónias portuguesas. Foi nesse quadro que Portugal e o comércio por si mantido com os seus territórios ultramarinos foram afetados pelos conflitos político-militares e religiosos que a Espanha tinha com outros países, nomeadamente com a Holanda, com grave prejuízo da economia e comércio atlânticos.

Foi quiçá a ofensiva holandesa no Brasil que mais causou insatisfação em Portugal, na medida em que era o domínio ultramarino que mais réditos acrescentava à Coroa Portuguesa no final no século XVI e início do Século XVII, em virtude dos rendimentos gerados com a produção de açúcar, canalizados para a Europa, e considerado então como um produto com crescente procura.

Após a constituição em 1581 da República das Sete Províncias Unidas dos Países Baixos, e a constituição da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (WIC) em 1621, começou a dar-se uma ofensiva das forças holandesas nas costas do nordeste do Brasil, tentando canalizar aquela república em proveito próprio os recursos obtidos com os engenhos de açúcar, para além do domínio das rotas do tráfico negreiro, das costas Africanas para a América. Estima-se que no último quartel do século XVI já existissem na época da invasão holandesa na costa brasileira cerca de três centenas de engenhos de açúcar⁴, sendo que para efeito da exploração desses engenhos estava criado um crescente comércio de importação de mão-de-obra negra, que tinha sido trazida de vários pontos da costa africana, nomeadamente do Senegal, da Costa da Guiné e da Costa Angolana.

Conforme enfatiza Jacques Marcadé, no século XVII, em sentido lato,

³ MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *Portugal na Monarquia dos Habsburgo (1580-1640)*. In RAMOS, Rui (coord.) – *História de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010, p. 279.

⁴ MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *Portugal na Monarquia dos Habsburgo (1580-1640)*. Ob. cit. p. 286.

o Brasil tornou-se verdadeiramente a razão principal do Império Colonial Português, ultrapassando a posição das Índias como fonte de riquezas, o que explica as múltiplas cobiças que suscitou⁵. E só muito mais tarde, com o *Tratado de Limites*, celebrado em 1750, já no reinado de D. João V, é que Portugal e Espanha tentaram redesenhar os limites dos seus domínios na América do Sul, objeto de aturadas disputas - como ocorreu nas fronteiras dos rios Paraná e Uruguai - ultrapassado que estava há muito os pressupostos estabelecidos no Tratado de Tordesilhas, que tinha sido assinado em 1494.

É nesse momento e contexto, de competição entre as potências coloniais, e de ataques aos domínios portugueses da América e do Oriente, com Portugal sob os constrangimentos da monarquia dual dos Habsburgo, que o Padre António Vieira escrevia a sua *Carta Anua* de 1626.

Contudo - é sempre bom lembrá-lo - as tentativas de realizar conquistas territoriais para acesso às riquezas brasileiras, foram realizadas muito antes da invasão da Baía pelos Holandeses ocorrida em 1624-1625. Assim, diversas esquadras holandesas tinham atacado os principais portos brasileiros, como a Baía em 1595, o Rio de Janeiro em 1594, e a Baía em 1604. Para além de terem estabelecido um Forte no Amazonas (Nassau) em 1599.⁶

Como também descreve Charles Boxer in *O Império Marítimo Português 1415-1825*⁷, existiu mesmo uma “Luta Global com os Holandeses (1600-1663)”, em vários continentes, no final do século XVI, e foi contra as possessões coloniais portuguesas mais do que contra as espanholas que dirigiram os seus ataques mais fortes e persistentes, sendo que, como os domínios ibéricos estavam espalhados por todo o mundo, a luta travada foi em quatro continentes e em sete mares. Os objetivos a conquistar, tanto foram o cravo-da-índia, como a noz-moscada das Molucas, a canela de Ceilão, a pimenta do Malabar e a prata do México e do Peru e a do Japão, o açúcar do Brasil e os escravos negros de África.

3. Aparentemente, foi já com o reconhecimento pessoal e intelectual usufruído por então, com os seus juvenis 18 anos, que o noviço António Vieira foi encarregado em 1626 de escrever a *Carta Anua*, na Baía, que foi enviada para Roma ao Geral da Companhia de Jesus, Padre Muzio Vitelleschi, e, como ele próprio reconhece nessa carta, depois de circunstâncias excecionais, uma vez

⁵ MARCADÉ, Jacques - *O Império Luso-Brasileiro 1620-1750*. In MAURO Frédéric (coord.) - *Nova História da Expansão Portuguesa* (direção de Joel Serrão e A.H de Oliveira Marques). Vol. VII. Lisboa: Ed. Estampa, 1991, p.19

⁶ MARCADÉ, Jacques - *O Império Luso-Brasileiro 1620-1750*. Ob. cit., p. 22.

⁷ Edições 70, 2000.

que, nos dois anos de 1624 e 1625, “*houve tais sobressaltos que impediram de notar e não deram lugar ao escrever*”⁸.

Na tradição instituída na Companhia de Jesus, de cada Província daquela ordem religiosa deveria ser enviada anualmente uma carta para Roma, com a descrição das principais atividades geradas nos territórios ou nações a que correspondiam as ações missionárias dos Jesuítas, e das comunidades respetivas, e do seu sistema de ensino. Contudo, havia uma grande heterogeneidade de situações relatadas dos diferentes espaços geográficos onde se encontravam os seus membros de diferentes nacionalidades.

Um dos objetivos dessas cartas dos jesuítas era o controlo interno da missão pelos superiores da ordem em Roma, que impunham que fossem efetuados relatos minuciosos sobre o dia-a-dia dos padres e que fossem reportadas informações sobre possíveis desânimos e crises⁹.

Uma coisa parece ser certa, as cartas em causa funcionavam como o desenvolvimento de uma rede de comunicação global entre vários continentes e países, ou colónias, e serviam para divulgação das atividades internas da Companhia, ou acompanhamento das missões dos seus diferentes membros, espalhados pelo mundo.

Esta carta aqui evocada, tem a particularidade de dar a conhecer por um dos seus observadores e principais protagonistas, que vivia e estava colocado na Baía, os acontecimentos relativos à ocupação das forças holandesas chegadas à capital do Brasil em 8 de Maio de 1624, e à resistência dos colonos portugueses, dos membros da companhia de Jesus e dos próprios ameríndios que, no dizer do Padre António Vieira, foram o principal sustentáculo dessa resistência, até à expulsão dos holandeses, operada em função da chegada da armada de socorro enviada de Portugal e Espanha, e que aportou a Salvador da Baía em 1 de Abril de 1625.

Como refere Nuno Monteiro¹⁰, quando reinava Filipe III (1621-1640)¹¹, deu-se a dramática ofensiva holandesa com a ocupação da Baía, a que respondeu a Coroa dos Habsburgo com a organização da “Jornada dos Vassalos” para os expulsar, congregando considerável número de fidalgos portugueses para combater os holandeses.

Essa armada era comandada por Dom Henrique de Toledo e Osório,

⁸ *Carta Anua* de 30 de setembro de 1626, em VIEIRA, Padre António – *Obra Completa*, vol., tomo e edição cit., p. 109. Doravante remeteremos apenas para *Obra Completa Padre António Vieira*.

⁹ Vide HANSEN, João Adolfo – *Para Ler as cartas do Padre António Vieira (1626-1697)*. «Revista de Literatura Brasileira», 2008.

¹⁰ MONTEIRO, Nuno – *Portugal na Monarquia dos Habsburgo (1580-1640)*. Ob. cit., p. 286.

¹¹ No início deste reinado acentuaram-se as perturbações no quadro da política internacional em geral e com o fim das tréguas dos Habsburgo de Espanha com os Holandeses.

Marquês de Villanueva, general de Castela, e era constituída por uma força considerável, estimada em 12.000 homens¹², e integrada por navios e galeões oriundos de Espanha, de Portugal, e de Nápoles. Como este próprio refere na *Carta Anua*, de 1626¹³, seria constituída por *setenta velas*. Contudo, essa jornada, que acabou por ser bem-sucedida, não pôs fim a outros ataques dos holandeses à costa da América Portuguesa, mormente ao ataque a Pernambuco, ocorrida em 1630.

Relativamente à sua estrutura, esta carta formalmente obedecia aos critérios gerais estabelecidos nos modelos instituídos para as composições escritas por Inácio de Loyola¹⁴ e pela *Ratio Studiorum*¹⁵.

Em linhas gerais, esta carta continha um introito, que mais não era do que uma saudação inicial (*salutio*) breve, com um “*Pax Christi*”, e tópicos específicos de desenvolvimento ou narração (*narratio*), sobre diferentes colégios e comunidades de jesuítas pertencentes ao Brasil.

Daí que esta carta incida antes de mais sobre o *Colégio da Baía*, o mais importante do Brasil de então, onde o próprio Vieira estudou como noviço.

Nesta parte é narrado naturalmente o ataque das forças holandesas à Baía, em 8 de Maio de 1624, e o da armada de resgate que surgiu em 1 de Abril de 1625, bem assim como do aparecimento de uma nova armada holandesa em 26.05.1625, dessa feita para socorro dos holandeses.

Também é feito um relato de acontecimentos do *Colégio do Rio de Janeiro*, da *Missão dos Patos* (entre o Rio de Janeiro e São Vicente), da *Capitania do Espírito Santo*, da *Missão dos Mares Verdes*, e do *Colégio de Pernambuco*.

Assim, no conjunto da narração, o ato de escrita insere-se segundo o seu autor, como missionário na presença de Deus, como ocasião para a obtenção de Graça, guiando o povo contra a heresia dos holandeses que invadiram a Baía e então cometeram inúmeros saques e desmandos, nomeadamente nas Igrejas da cidade, com destruição de imagens e alfaias litúrgicas.¹⁶

¹² MARCADÉ, Jacques, *O Império Luso-Brasileiro 1620-1750*, in ob. e vol. cit., *ibid*.

¹³ *Obra Completa Padre António Vieira*, p. 133.

¹⁴ Segundo João Adolfo Hansen, em 1542, numa carta de Roma escrita para o Padre Fabro, que então se encontrava na Alemanha, Inácio de Loyola determinou que os religiosos das diferentes missões mundiais da Companhia deveriam escrever uma “carta principal” que pudesse ser mostrada a todos, deveria esta ter uma ordem coerente e servir de edificação aos seus leitores (*Para Ler as cartas do Padre António Vieira. Revista de Literatura Brasileira*, São Paulo, 2008, p. 280).

¹⁵ O *Ratio Studiorum* era basicamente um código pedagógico. Por extenso era “*Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesu*” (Ordem e maneira dos Estudos da Companhia de Jesus), cuja redação foi concluída em 1598, e promulgada no ano seguinte. Este documento sintetizava os métodos praticados nas escolas de vários países, sendo que a formação dos jesuítas implicava a aprendizagem de Gramática, Humanidades e Retórica, em três anos, e dois ciclos superiores de Filosofia e Teologia – cf. FRANCO, José Eduardo e FIOLEHAIS, Carlos – *Jesuítas Construtores da Globalização*. Lisboa: CTT, 2016.

¹⁶ Lemos expressamente nesta Carta (*Obra Completa Padre António Vieira*, tomo e vol. cit., p. 119): “*deitando por*

4. Desde logo, a leitura da carta permitiria ao seu destinatário, e eventualmente a outros membros da Companhia a quem a mesma fosse mostrada ou lida, que ficassem a saber com detalhe a dimensão da comunidade religiosa jesuíta no Brasil.

Diz-nos que essa Província (da Companhia de Jesus) do Brasil era constituída ao tempo por cerca de 190 padres, 90 sacerdotes, 20 coadjutores formados, 62 estudantes, coadjutores 50, e destes 30 formandos.¹⁷

Estavam estes divididos por três Colégios, seis casas e treze aldeias anexas às mesmas casas e colégios.

O Colégio da Baía era o mais importante, onde residiam comunidades de 80 pessoas, 40 no de Pernambuco, 35 no do Rio De Janeiro, 12 na Residência do Espírito Santo, 5 na de Santos, 7 na de São Paulo, 4 na Casa de Ilhéus, 4 em Porto Seguro, e 4 no Maranhão.

Nesta descrição já ficamos com a dimensão e da importância relativa dos recursos da Companhia de Jesus, para o desenvolvimento da sua missão nessa altura, seja no ensino nos Colégios, seja de evangelização ou doutrinação nas aldeias, e com os objetivo claro, ali referido explicitamente, de *procurar alcançar de salvação e perfeição própria e das almas*, que era o fim principal da Companhia¹⁸.

Na parte correspondente ao Colégio da Baía, e antes de exprimir a surpresa que consistiu no súbito aparecimento, ao largo de Salvador da Baía, de uma esquadra holandesa que rapidamente fez fogo sobre vários espaços da cidade, em 8 de Maio de 1624, o autor narra os grandes trabalhos e doenças que atingiram alguns jesuítas e que, pouco depois faleceram, como o famoso Padre Fernão Cardim, que tendo sido Provincial era Reitor naquela circunstância, e sobre o qual recaíram “*todas as ondas de adversidades*”. Destacando, ainda assim, ter este mantido uma serenidade e firmeza notáveis naquelas circunstâncias. Falecera em 27 de Janeiro de 1625, com 75 anos, depois de ter vivido na Companhia 60 anos.

Ainda destaca as vidas e virtudes de outros dois jesuítas, entretanto falecidos, a saber o Padre Gregório da Rocha, natural de Pernambuco, e para onde entrara com 15 anos, e, ainda do irmão António Fernandes, com 29 anos de idade,

terra as imagens, reliquias e ornamentos dos altares, fizeram presa nos cálices, lampadários e outra prata, e a levaram consigo”.

¹⁷ Relativamente à dimensão dos recursos da Companhia de Jesus *vide* FARINHA, Padre António Lourenço – *A Expansão da Fé na África e no Brasil, subsídios para a história Colonial*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1942. Contem a descrição da actividade dos jesuítas no quadro dos Aldeamentos criados, desde logo, próximo da Baía; para efeito da qual pregavam aos nativos por meio de intérpretes, e depois de estarem mais familiarizados com as populações, organizavam procissões e realizavam reuniões de catequese (cf. *op. cit.*, p. 457).

¹⁸ *Obra Completa Padre António Vieira*, tomo e vol. cits., p. 109.

ambos falecidos em 1625. Este exercera as funções de enfermeiro durante perto de oito anos, com grande dedicação.

António Vieira descreve nessa carta ainda algumas situações concretas, mais emblemáticas e suscetíveis de serem consideradas como edificantes ou exemplares, pela coragem e espírito de sacrifício das vidas destes dois homens, e pelas suas qualidades pessoais, reconhecidas de todos, até dos índios das aldeias.

Esta parte da carta, diríamos que teria mais interesse interno, e seria mais para difusão interna da Ordem.

Mas o acontecimento de que o seu autor considerou o principal fruto espiritual desses tempos foram os colhidos “na tomada e recuperação da cidade da Baía” aos holandeses, com a convicção da importância que o seu autor dava a que a “*verdade tivesse lugar*”.

Isto é, com preocupação de externalizar a verdade histórica, factual, ainda que os assuntos pudessem ser melindrosos.

Ora, são essa descrição e preocupação que vão ocupar uma grande parte dessa carta (*narratio*), cujas palavras tinham força para descrever com toda a cor e movimento, e diríamos também com som, as atitudes dos defensores, que foram completamente apanhados desprevenidos, e sem capacidade para se oporem eficazmente à inicial intervenção holandesa com que fora Salvador surpreendida.

Depois de descrever as características geográficas e naturais da costa do Brasil, e da cidade da Baía em especial, descreve o prognóstico do “castigo” que iria produzir-se com a súbita chegada de 24 velas holandeses no dia 8 de maio de 1624, e da reação do Governador Diogo de Mendonça Furtado, que ainda assim terá conseguido reunir três mil homens armados, repartidos em várias companhias.

Nessa mesma arde, o Bispo da Baía Dom Marcos Teixeira, terá exortado todos vivamente para pelejarem “*por sua fé e Rei*”.

Conforme conta António Vieira, o fogo de artilharia inimigo terá sido contínuo e gerou muito terror e confusão, sendo que de terra a artilharia de resposta terá sido “pouca”, com o que se evidencia a sua fraqueza, ou ao menos a desproporção das forças militares em presença.

Descrevendo vivamente os combates que se sucediam, rapidamente a sorte das armas mostrou-se favorável aos holandeses, referindo o seu autor que a cidade foi abandonada, conforme é descrito, deixando os seus moradores as “*suas casas e fazendas*”.

O Bispo, acompanhado de alguns jesuítas abrigaram-se na Quinta do Colégio, a meia légua da cidade.

Com isto tudo a suceder a um rápido ritmo, António Vieira descreve que

a cidade foi ocupada pouco depois, no dia 10 de Maio seguinte, tomando posse das casas principais, designadamente a do Governador, que também foi aprisionado.

A seguir descreve de forma eloquente as cenas de saques que se sucederam, designadamente nas Igrejas, na profanação de “altares, vestiduras e vasos sagrados”¹⁹.

Os Portugueses seriam “dez ou doze mil almas” e muitos procuraram refúgio em aldeias próximas da Baía, nomeadamente na Aldeia do Espírito Santo, e na Aldeia de São João, a primeira *a seis ou sete léguas da cidade*, a segunda *mais afastada uma légua*.

Como também é referido, o governador português foi embarcado como cativo para Amesterdão, acompanhado de outros cativos, como alguns jesuítas.

Interessante é ainda a descrição tomada da decisão política pelo Bispo, sobre o Governo da Baía, o qual para esse efeito tinha reunido conselho com alguns desembargadores e oficiais da Câmara, tendo presente que o governador fora preso.

Assim, foi escolhido novo Capitão-Mor, e ele próprio, embora eclesiástico, tomou decisões – na expressão de Vieira “*trocando o bago com a lança*” – no sentido de reunir forças para tornar a entrar na cidade em 13 de Junho.

Depois descreve uma série de escaramuças que os Holandeses tiveram com os Portugueses e com os índios que os apoiavam.

Na mesma carta é descrito um importante facto relativo a Francisco Nunes Marinho de Eça, que fora governador de Paraíba entre 1603/1606: este foi enviado por Matias de Albuquerque (governador da Capitania de Pernambuco, governador geral do Brasil, neto de Duarte Coelho Pereira, primeiro donatário de Pernambuco) para atuar como capitão-mor do arraial de Rio Vermelho, na ocasião da invasão Holandesa em 1625.

Além de descrever com realismo as difíceis condições alimentares e de habitação, bem como das precárias condições de saúde em que se encontravam os portugueses internados nas Aldeias, e que aí se tinham acolhido, mas que estavam na expectativa de darem combate aos holandeses que se tinham instalado na Baía, aquilo que mais impressiona é o destaque dado pelo autor às forças dos índios frecheiros das aldeias dos Jesuítas, considerados por Vieira “*eram a principal parte do exército, e que mais horror metia aos inimigos*”. Instruídos pelos Padres da Companhia, estes destacavam-se pela “*destreza do atirar, outros no ânimo de acometer*”!...

No entanto, a expectativa era que fossem socorridos por uma armada vinda

¹⁹ Cf. tomo e vol. cit., p.119.

de Portugal, como também escreve o Padre António Vieira.

Esse socorro, viria a dar-se, conforme descreve, com a chegada à Baía, no dia 1 de Abril de 1625, da “Armada de Libertação”, constituída por galeões e navios, de Espanha, de Portugal, de Nápoles, constituída por cerca de setenta velas.

Pela descrição do Padre António Vieira, depreende-se que este desembarque foi “sem resistência”. Seguiu-se um duro combate de artilharia em 16 de abril de 1625, e passados 13 dias de combates, a rendição sucedeu com o arvorar das bandeiras de Portugal e Espanha no dia um de maio seguinte, a que se sucederam ofícios e procissões, em que participaram os fidalgos integrantes da armada de socorro.

No balanço da reconquista da cidade, o Padre António Vieira, destaca que no cerco da cidade tinham vindo “*todos os índios das Aldeias, e trabalharam sempre e bem, assim como o fizeram no tempo antecedente, nos assaltos e no arraial*”,

Face aos factos apresentados, os leitores ficariam com a noção exata que a expulsão dos Holandeses resultou de dois fatores decisivos: o primeiro, uma guerra de desgaste, de dimensões variadas, mas em grande parte baseada nas forças dos índios das aldeias, que foram enquadrados pelos religiosos jesuítas que os apoiavam, e a posterior intervenção de uma armada de socorro, essencialmente constituída por forças e navios Portugueses e Espanhóis, sob a égide dos Habsburgo.

Mais adiante Vieira refere a chegada à Baía em 26 de maio de 1625 de nova armada holandesa, constituída por 34 velas, a qual, todavia é desviada do seu rumo, face à oposição e condições de defesa verificadas. Essa armada foi repelida também em Pernambuco.

Relativamente às notícias contidas na *Carta Anua* sobre o Colégio do Rio de Janeiro, é merecedora de atenção do leitor a parte relativa à descrição das preocupações do Governador Martim de Sá para se fortificarem os lugares deste Estado, o que denotava que havia a noção clara das ameaças enfrentadas com os inimigos externos, para efeito do qual foram também reunidos “padres, soldados, e índios”.

Grande preocupação foi ainda manifestada quanto ao perigo enfrentado pelos religiosos da Companhia na Aldeia de São Barnabé, pois uma grande multidão de nativos “*goitacás*”, ou *goitacazes*²⁰ (habitavam no atual Estado do Espírito Santo e no Rio Paraíba do Sul, no Estado do Rio de Janeiro) apareceram na aldeia dos jesuítas.

²⁰ Estes tinham fama de antropófagos, e serem guerreiros ferozes. Segundo o Padre António Vieira, na *Carta Anua* estes “*sustentavam-se de carne humana, sem perdoar ao seu próprio sangue, ainda os filhos sacrificam ao apetite da gula*” (ob. cit., pp.140-141).

Ora, esta situao e este conhecimento, foi um dos grandes problemas que os jesuítas enfrentaram logo aquando da evangelizao no Brasil, e que tentaram claramente inverter, uma vez que aqueles nativos evidenciavam possuir uma índole guerreira e tinham o costume ancestral da antropofagia, situao que constituía uma dificuldade muito séria no quadro de uma nova cultura e sistema de valores que os padres da Companhia de Jesus transmitiam aos autóctones – propondo-lhes uma nova viso do homem e do seu papel.

A erradicao da antropofagia – descritas em escritos muito detalhados da época – a par da alterao das tradies relativas à *poligamia*, e aos costumes ou prticas animistas, seriam, a par da barreira da lngua, dos maiores obstculos à transmisso da mensagem missionria e que estava subjacente à evangelizao, para efeito das quais seriam experimentadas experincias de aproximao, para que os hbitos culturais europeus tivessem mais eficcia. Uma dessas estratgias, passou pela criao de aldeamentos, onde os jesuítas supervisionavam a organizao social e econmica das comunidades que aí se fixavam: diremos que ali exerciam o “poder espiritual” e o “poder temporal”, neste caso orientando as atividades econmicas e os tempos de trabalho dos nativos, e assim conseguindo melhor penetrao das ideias e êxito das misses que tinham constituído.

5. A propósito da *Missão dos Patos*, que se situava entre o Rio de Janeiro e São Vicente, são descritos os esforos encetados pelos jesuítas no sentido de (em 1624) trazerem para o seio da Igreja os índios das aldeias prximas, em resultado da catequizao efetuada e de terem sido ento batizadas “duzentas almas”. E Vieira aponta para a maior dificuldade dos índios, que é afastarem-se dos costumes relativos à poligamia: “*outra e maior dificuldade, que contra a lei natural reina, é o haverem de deixar as suas muitas mulheres que têm*”.

Por outro lado, o autor faz uma crtica direta aos colonos que pretendiam que os índios nativos não se concentrassem nas aldeias criadas pelos jesuítas, uma vez que assim estes continuariam mais vulnerveis para poderem serem aprisionados e vendidos como escravos, atitude de “*gente tão perversa*” que Vieira deplora. Mais adiante, é descrita a manifestao de poder dos holandeses na Capitania do Espírito Santo, e do regresso de uma esquadra holandesa ao Porto de Espírito Santo, em 12 de Maio de 1625 depois de uma tentativa frustrada dos mesmos de entrarem em Luanda, onde foram impedidos de o fazer. Designadamente destaca-se o papel do Capitão Salvador Correia de Sá.

A *Carta Anua* contem ainda alguns fatos históricos muito relevantes relativos a duas outras misses, a primeira, a *Missão dos Mares Verdes*, a segunda, relativa à atividade do *Colégio de Pernambuco*. Com muito interesse é descrito minuciosamente o encontro dos missionrios com os índios *Paranaubis*, em

número estimado de quatrocentas pessoas, e do espanto desse encontro, pois encontraram “*gente selvagem e bárbara, cuja glória estava posta em matar e comer os seus inimigos*”, isto é mais uma vez, a dificuldade suscitada no encontro com tribos guerreiras, de que resultavam o costume de devorar os seus inimigos aprisionados.

Essa situação do canibalismo será reconhecida no século passado, cabalmente, mas nos seus precisos e limitados termos, pelo padre Serafim Leite, S.J.²¹, que lembra que o apostolado dos jesuítas enfrentava naquela altura uma psicologia nativa “*afeita a antropofagias²², poligamias e outros vícios*”, como o alcoolismo e o “nomadismo intermitente”.

Outras dificuldades apontadas por outros jesuítas, referidos pelo Padre Serafim Leite na mesma e monumental obra, era uma “*certa inconstância*”, “*falta de sentido de responsabilidade e caracter remisso*”, ou simples falta de vontade ou interesses que os motivassem, conforme o depoimento atribuído a outro Jesuíta, o Padre Luís Grã. Serafim Leite conta, nessa mesma obra, que o Padre Anchieta considerava, também ele, com a sua autoridade de grande missionário, como principais obstáculos à conversão dos nativos o de “*terem muitas mulheres, o darem-se a bebidas, as guerras com as tribos vizinhas, a inconstância nos propósitos, a falta de sujeição e o caracter remisso*”²³. Aparentemente o Padre Manuel da Nóbrega, também partilhava a visão de que a conversão dos índios não era doutrinária, “*era uma questão de costumes*”, e, portanto, nada seria inultrapassável relativamente a essa conversão, apesar dos “costumes”.

Outra dimensão importante, destacada por bastantes autores, foi o pouco interesse manifestado pelos índios numa economia suportada meramente no lucro e no comércio – como eram as preocupações maiores dos colonos –, e que, contrariamente, aqueles não revelavam ter – pois que a economia dos ameríndios (v.g. os *tupinambás* era *basicamente de subsistência e de autoconsumo*)²⁴, com poucas trocas²⁵ mesmo no quadro de outras aldeias.

Outra questão que se poderia colocar a propósito, era a da definição da importância do fenómeno religioso aquando da chegada dos jesuítas. E a resposta

²¹ Cf. LEITE, Serafim – *História da Companhia de Jesus no Brasil*, II. Lisboa: Portugália, 1938.

²² Aparentemente a influência dos Jesuítas era limitada, pois que *ia pouco mais além do que dos seus colégios e residências, e quando estavam apoiados pelas autoridades coloniais*. Já no interior não foi fácil limitar ou acabar com esse costume, e, mesmo recém-batizados voltavam aos antigos hábitos antropófagos - v. LEITE Serafim – Ob. cit., pp. 38-39.

²³ LEITE, Serafim – *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Ob. cit. p. 9.

²⁴ SCHWARTZ, Stuart B. – *Segredos Internos, engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Companhia de Letras, 1988, p. 41.

²⁵ Cf. SCHWARTZ, Stuart B – Ob. cit., p. 42, quando refere “*os europeus se surpreendiam com o desinteresse dos índios por excedentes de produção, lucros e certas formas de propriedade*”, e que “*os tupinambás e muitos dos seus vizinhos praticavam uma economia de uso e não de troca*”, situação que contrastava claramente com as condutas e valores da sociedade e dos europeus na América Portuguesa.

a essa questão parece ser muito diversificada, uma vez que depende das ideias de cada um relativamente àquilo que representa o fenómeno religioso. Quase unanimemente os cronistas jesuítas negavam que os índios tivessem uma ideia de criação do mundo por Deus, mas não lhes negavam formas de religiosidade de tipo animista²⁶. Perante esse complexo problema de saber qual a religião dos índios do Brasil antes da chegada dos jesuítas, o mais pacífico será considerarmos que o animismo dos nativos se manifestava na crença destes nos espíritos que povoavam os locais onde recolham os seus alimentos, funcionando os “pagés” das aldeias como feiticeiros, e curandeiros. Embora tivessem sido uma das forças ou oposições a enfrentar, estes obstáculos também terão acabado por ser vencidos, no quadro da catequização, para cujo bom efeito os alvos principais foram os filhos dos índios – a partir dos quais seriam convertidos os pais, mais supersticiosos e difíceis de convencer –, convidados aqueles a aprender a ler e escrever. Daí que nas aldeias da costa tivessem sido instalados pequenos seminários e escolas elementares, para ensino da doutrina e leitura²⁷.

No contexto da “Missão dos Mares Verdes”, o Padre António Vieira relata uma situação crítica ocorrida naquele território, mas que foi conhecida noutras geografias ou latitudes, que foi a eclosão de múltiplas doenças que vitimaram de forma crescente os índios das aldeias, que entretanto mudavam as suas aldeias para outros pontos, nalgumas das quais os jesuítas os apoiaram, ministrando-lhes os sacramentos, como o Batismo²⁸.

6. Por fim, na *Carta Anua*, o Padre António Vieira descreve o Colégio de Pernambuco e dá conta dos missionários mais recentemente falecidos, enaltecendo as suas qualidades pessoais, como o Padre Manuel Sá, designadamente como confessor, de 72 anos de idade, o irmão Jerónimo Corte Real, com 19 anos de idade, e o Padre Salvador Coelho, natural da Baía, de 41 anos de idade.

Como se torna claro da leitura desta carta, não eram apenas os nativos que tinham uma saúde precária e faleciam cedo, com muitas moléstias. Chega a impressionar as condições precárias em que viviam os membros da Companhia de Jesus, que partilhavam os seus bens, com as pessoas das comunidades com quem viviam. A diferença estaria também em que os próprios membros da Companhia de Jesus suportavam o sofrimento, mas de certo modo mitigado pela convicção profunda da missão realizada ou a realizar, enquadrada numa Igreja com vocação universal. E isto mesmo está expresso nesta carta.

Uma última nota importa retirar. Não deixa de ser significativo que as

²⁶ LEITE, Serafim – *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Ob. cit., p. 15.

²⁷ LEITE, Serafim – *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Ob. cit., p. 25.

²⁸ Cf. *Obra Completa Padre António Vieira*, tomo e vol. cit., p.147.

últimas ideias chave da carta sejam: uma, para expressar (seria a ideia principal) sobre que incidiria a missão da Companhia de Jesus na América Portuguesa – “*o bem dos índios da terra é o principal fim da nossa companhia*”, ligada ao famoso lema dos Jesuítas em missão *Ad Majorem Dei Gloriam*. A segunda e última ideia da carta, que destacamos aqui, é expressão do anseio e regozijo vividos na concretização da beatificação do Padre S. Francisco de Borja, que fora Geral da Companhia de Jesus²⁹, notícia recebida em 1625 no Colégio da Baía e no Colégio do Rio de Janeiro (proclamação solene ocorrida em 23 de novembro de 1624, pelo Papa Urbano VIII)³⁰.

Por fim, e a terminar, é pedida na carta a bênção ao Padre Geral, como resultava das regras instituídas protocolarmente, particularmente na missiva de um jesuíta ao seu Padre Geral no século XVII.

III. Concluindo: a *Carta Anua* escrita pelo Padre António Vieira é documento com um valor histórico notável, porquanto revela – ao estilo da época – aos seus destinatários no Velho Mundo, em Roma, o Padre Geral da Companhia de Jesus, e a outros possíveis leitores, as dificuldades enfrentadas pelos Padres no quadro da evangelização que prosseguiram naquela altura, em vários pontos do Brasil, particularmente na Baía, em 1624-1625, apesar de os seus recursos humanos serem de algum modo muito significativos face a outros destinos de missão.

Os jesuítas que estavam nessa altura em Salvador da Baía, defrontaram ainda um desafio excecional que foi o ataque holandês ali concretizado – expressão dos choques produzidos por membros de outra potência marítima em busca da obtenção de novos recursos na América. Assim, assistiram à sua ocupação (incluindo à ocupação de Colégios e Casas da Companhia, à destruição de imagens e vasos litúrgicos das Igrejas), e à ulterior expulsão dos mesmos, em grande parte depois de decurso de uma guerra de desgaste dos índios apoiados pelos Padres da Companhia, e da chegada de uma armada de socorro, com forças portuguesas e espanholas integradas, ambas enviadas pela Coroa em Madrid, no quadro da monarquia dual dos Habsburgo.

Além do conhecimento que permite das ações missionárias que ali são destacadas, é feita uma descrição mais detalhada de algumas dificuldades claramente identificadas no trabalho missionário, muitas vezes em situações precárias. Com efeito, tratava-se de conceber como estabelecer um relacionamento efetivo com outros povos, considerando as tradições das tribos nativas e a expressão de suas culturas, designadamente as relativas padrões

²⁹ Superior Geral de toda a Ordem em 1565, foi ele quem promulgou a primeira *Ratio Studiorum* em 1569.

³⁰ Foi canonizado em 20 de junho de 1670, pelo Papa Clemente X.

de comportamento considerados incompatíveis com a fé e valores da Igreja Católica. Contudo, o texto mostra que esses religiosos mantiveram paciente e pertinazmente expectativas favoráveis na mudança cultural, conversão e salvação dos nativos, realçando ainda as suas qualidades pessoais, com destaque para a disponibilidade para se integrarem em novas geografias e em atividades que anteriormente não realizavam, em cooperação com reinóis e colonos de origem europeia, cuja língua desconheciam.

É nesse contexto que é abordada a situação dos colégios, casas e aldeias da Companhia, ou da edificação e gestão de novas aldeias, na periferia dos núcleos urbanos, onde os muitos milhares de ameríndios foram recolocados, numa situação que se pretendeu fosse mais favorável, quer para sua própria proteção de uma exploração mais gravosa por parte dos colonos, quer para o exercício da evangelização.

A *Carta* mostra também um olhar diferente e novo, com preocupação de contar a verdade histórica, vinda de um religioso que estava no Novo Mundo, com convicções firmes e diferentes daquele que era o sistema de valores existente numa sociedade colonial – assente numa sociedade estratificada e na qual se assumia como natural o escravagismo em termos de organização da sociedade e da economia – mas também do valor que muitos membros da Companhia de Jesus ainda assim atribuíam à vida dos nativos, cujos direitos o Padre António Vieira defendeu firmemente, sendo portador de uma nova visão do homem na América e no mundo. Este religioso de seiscentos possuía ou manifestava ser portador de posições que – afinal – iam para além dos valores dominantes na sociedade coeva, transmitindo assim, no quadro de uma história global e solidária, fé apaixonada na radicalidade transformante e salvífica do Evangelho de Cristo.